idp

DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

10.10.2021

Nº 67

Políticas Públicas para o Desenvolvimento da economia local, o Centro Espacial de Alcântara e sua abertura para o Mercado mundial

Liviomar Macatrão Pires Costa

www.idp.edu.br

debates em administração pública

Políticas Públicas para o Desenvolvimento da economia local, o Centro Espacial de Alcântara e sua abertura para o Mercado mundial: perspectivas de participação comunitária

LIVIOMAR MACATRÃO PIRES COSTA[1]

[1] Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). E-mail: liviomar@cinesystem.com.br

IDP

DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

IDP é um centro de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão nas áreas da Administração Pública, Direito e Economia. O Instituto tem como um de seus objetivos centrais a profusão e difusão do conhecimento de assuntos estratégicos nas áreas em que atua, constituindo-se um *think tank* independente que visa contribuir para as transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil.

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

Diretor Geral
Francisco Schertel
Coordenador do Mestrado em Administração Pública
Caio Cordeiro de Resende
Coordenador do Mestrado em Economia
José Luiz Rossi

CONSELHO EDITORIAL

Coordenação
Paulo Alexandre Batista de Castro
Supervisão e Revisão
Renan Holtermann, Matheus Gonçalves, Mathias Tessmann, Milton Sobrinho, Alessandro Freire, Jackline Oliveira e Anderson Silva
Comunicação e Marketing
Antonio Zaninetti e Daniel Jordão

Revista Técnica voltada à divulgação de resultados preliminares de estudos e pesquisas aplicados em desenvolvimento por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação com o objetivo de estimular a produção e a discussão de conhecimentos técnicos relevantes na área de Administração Pública.

Convidamos a comunidade acadêmica e profissional a enviar comentários e críticas aos autores, visando o aprimoramento dos trabalhos para futura publicação. Por seu propósito se concentrar na recepção de comentários e críticas, a Revista Debates em Administração Pública não possui ISSN e não fere o ineditismo dos trabalhos divulgados.

As publicações da Revista estão disponíveis para acesso e download gratuito no formato PDF. Acesse: www.idp.edu.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IDP.

Qualquer citação aos trabalhos da Revista só é permitida mediante autorização expressa do(s) autor(es).

SUMÁRIO

1. Introdução 6

2. Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Referencial Teórico e experiências relacionadas 8

2.1 Políticas Públicas 8

2.2 Desenvolvimento Local 10

2.3 Experiências de Desenvolvimento: intervenções que mudaram cenários locais 12

2.3.1 Jazidas e Usinas Hidrelétricas na Amazônia 13

2.3.2 Produção de mel no Piauí 14

2.3.3 Base Espacial de Kourou – Guiana Francesa 15

3. Centro Espacial de Alcântara X Comunidade local: levantamento das expectativas 19

3.1 Procedimento metodológico 19

4. O AST e Alcântara: uma análise documental das Políticas Públicas previstas e perspectivas de participação comunitária 34

5. Conclusões 39

6. Referências 41

debates em
administração
pública

Resumo: A busca pela redução de desigualdades sociais atrelada a um desenvolvimento econômico local tem sido um grande desafio do Século XXI. Por esta razão, na elaboração de Políticas públicas, a diretriz tem sido o envolvimento das comunidades na construção do desenvolvimento econômico local. A implantação, no início da década de 1980, no município de Alcântara - Estado do Maranhão, de um centro de alta tecnologia de lançamento de foguetes, motivou conflitos e impactou as comunidades tradicionais da cidade maranhense. Em 2019, a assinatura e a aprovação no congresso nacional do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os Estados Unidos criou novas perspectivas para o uso comercial do Centro Espacial e para o desenvolvimento econômico local. O objetivo deste artigo é identificar os anseios e expectativas das comunidades alcantarenses em relação à Base Espacial de Alcântara, proporcionadas pela assinatura do AST entre Estados Unidos e Brasil, e se as políticas públicas previstas podem dar respostas a estes anseios da população. Após as entrevistas e análise documental, os principais achados sugerem que a Agência Espacial Brasileira (AEB) está planejando intervenções em Alcântara em consonância com as expectativas da população identificadas na pesquisa, principalmente no que concerne aos benefícios de geração de emprego e aumento do consumo interno que o AST proporcionará.

Palavras-chave: Políticas públicas; Desenvolvimento local; Experiências de desenvolvimento; Centro Espacial de Alcântara; Acordo de Salvaguardas Tecnológico; Alcântara.

Abstract: The search for the reduction of social inequalities linked to local economic development has been a major challenge in the 21st century. The main guideline in the elaboration of Public Policies has been the involvement of communities in the construction of local economic development. The implantation in the early 1980s, in the municipality of Alcântara - State of Maranhão, of a high-tech center for rocket launching motivated conflicts and negatively impacted the traditional communities of the city of Maranhão. In 2019 the signing and approval at the national congress of the AST - Technological Safeguards Agreement with the United States created new perspectives for the commercial use of the Space Center and for the local economic development. The objective of this article is to identify the effects and opportunities of the Technological Safeguards Agreement, signed with the United States, for the participation of existing communities in the region in public policies for local development, as well as their expectations and perspectives.

Keywords: Public policies; Local development; Development experiences; Alcântara Space Center; Technological Safeguards Agreement; Alcântara.

1. Introdução

Ao longo dos anos, a definição de soluções para os problemas ou para melhoria da qualidade de vida das populações apresenta-se em vários formatos no mundo inteiro. A busca incessante pela redução de desigualdades sociais atrelada a um desenvolvimento econômico local tem sido um grande desafio do Século XXI.

Nas duas últimas décadas, a indústria aeroespacial passou a ser uma vertente econômica relevante em diversas economias, ganhando importância no processo de desenvolvimento econômico e social dos países. Segundo Schmidt (2011), a discussão em torno da economia espacial dimensiona o setor e a simples análise das receitas globais da indústria de satélites servem como bom indicador da relevância desse mercado. Só o mercado de lançamentos, respondeu em 2017, por 55% (cinquenta cinco por cento) de todas as receitas de lançamentos comerciais. A contribuição das aplicações espaciais para os países parece ser um processo contínuo, motivado por atividades rotineiras que envolvem a humanidade e para os quais os produtos espaciais oferecem diversas soluções.

Para a inserção mercadológica do Brasil no segmento de satélites torna-se necessário mais investimentos para o melhor aproveitamento das oportunidades. Como afirma Schmidt (2011, p. 19):

> é consensual que o aproveitamento das possibilidades do setor espacial pelo Brasil situa-se aquém do desejável e que a redução dessa lacuna requer, que as decisões relacionadas aos rumos do Programa Espacial Brasileiro sejam alinhadas ao projeto de desenvolvimento do país.

Diante deste contexto, entende-se um dos motivos da decisão do governo federal brasileiro de implantar, no início da década de 1980, no município de Alcântara - Estado do Maranhão, um centro de alta tecnologia de lançamento de foguetes (ANDRADE *et al*, 2018).

No entanto, para que o Centro Espacial de Alcântara seja utilizado por empresas privadas estrangeiras e pelos programas espaciais de outros países, necessita que haja a abertura para o mercado internacional de satélites, realizada principalmente por meio de acordos comerciais e de salvaguardas tecnológicas (ASTs). Por esta razão, o Brasil celebrou no início de 2019, o AST com os Estados Unidos. Este acordo amplia de maneira significativa o mercado, uma vez que 80% (oitenta por cento) dos equipamentos espaciais do mundo possuem algum componente norte-americano (MTIC, 2019).

Localizada no litoral ocidental maranhense, Alcântara dista trinta quilômetros da capital, São Luís, fazendo parte da região metropolitana. Possui uma área de 1.457,916 quilômetros quadrados com uma população de 21.851 habitantes (IBGE, 2010) e estimada em 2019, em 22.019 habitantes (IBGE, 2020).

A implantação do Centro de Lançamentos da Aeronáutica nessa região, na década de 1980, motivou conflitos e impactou de forma negativa as comunidades tradicionais do município de Alcântara. Segundo Braga (2011, p. 19),

> o fato do CLA trazer fragmentos de referência negativa naquela população, especificamente, com relação à expropriação de suas terras e a lembrança do deslocamento compulsório de famílias ocorrido entre 1986 e 1988 nos habilita a sustentar a hipótese de que o CLA, ente do Estado, é o motivo gerador dos conflitos e as políticas públicas ainda carecem de sinergia para se alcançar a minimização dos conflitos.

Entretanto, segundo Andrade *et al* (2018, p.18): "por possuir diversas vantagens operacionais e econômicas, o CLA tem tido destaque no programa espacial nacional, em especial no que tange a suas possíveis formas de utilização, como o lançamento comercial de satélites", tendo, portanto, prerrogativas fundamentais para o Brasil e para o mundo como: a localização privilegiada para a colocação de satélites em órbitas, que proporciona uma grande economia do combustível nos lançamentos dos foguetes e o acréscimo na capacidade de satelização. Além do diferencial da localização, há ainda aspectos positivos como a baixa densidade populacional e o clima local favorável, com regime de chuvas bem definido e pequenas variações de temperatura. (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2017c).

Mesmo que a atividade de lançamento de satélites movimente vultosos valores, para seu desenvolvimento, a aplicação de recursos tem que estar pautada nesses conceitos de pertencimento da população para que o esforço se reverta na geração de empregos. O Centro Espacial de Alcântara deverá, a partir de um planejamento local, aproveitar esse potencial de inserir o Brasil neste mercado promissor e de vanguarda, contribuindo para o desenvolvimento de tecnologias espaciais, fortalecimento da economia nacional e regional, bem como resolvendo problemas sociais.

Partindo desse princípio, pretende-se: identificar as principais necessidades e expectativas da comunidade alcantarense, sua relação atual com a base espacial e, evidenciar o planejamento que os órgãos competentes – em especial a AEB – pretendem implementar visando a maior participação da população alcantarense nos benefícios que serão proporcionados.

2. Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Referencial Teórico e experiências relacionadas

2.1 Políticas Públicas

A elaboração e implementação consistente de uma política pública pode desencadear em uma série de resultados favoráveis à sociedade.

As políticas públicas incidem fortemente nas localidades e, por isso, é pesquisada por estudiosos de vários campos do conhecimento. Mesmo tendo caráter multidisciplinar, a maioria das definições de políticas públicas dão ênfase à ação pública, principalmente governamental, e aos seus processos. Assim como conceitua Teixeira (2002, p. 2):

> diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Como o autor deixa evidente em sua definição, é no poder público que se desenvolvem os embates e a busca de convergências de interesses e ideias. Para Souza (2007, p. 7), política pública é um campo do conhecimento em que o todo é mais importante do que a soma das partes e a define como:

> o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Existe uma infinidade de definições e conceitos com diversas abordagens que buscam dar um significado para política pública e que vão desde a formulação até a sua gestão. Observa-se que o termo política pública não contempla apenas uma dimensão da política, mas um conjunto de processos que geram questões complexas.

A escolha adequada da aplicabilidade de determinados tipos das políticas públicas pode fortalecer sua formulação e todas as fases posteriores, conduzir as transformações importantes nos arranjos institucionais, envolvendo novos atores políticos (associações, institutos, sindicatos e outros segmentos representativos da sociedade civil) e reestruturando o processo político. Torna-se importante, em relação a cada tipo de política, analisar qual a mais adequada de acordo com o contexto social, econômico e ambiental.

Existem uma grande diversidade de classificações de tipos de políticas públicas. É importante que essas categorias sejam avaliadas quanto à aplicabilidade no processo de formulação de políticas públicas em Alcântara. Nesta fase é imprescindível a análise dos atores sociais, que serão fundamentais para que o processo decisório ocorra com transparência e com o envolvimento da sociedade civil. As comunidades são consideradas como espaços importantes para a produção de alternativas que podem ser adotadas pelos formuladores de políticas públicas.

No Brasil, com o fim do regime militar e a redemocratização, surgiu uma grande demanda por participação dos cidadãos na vida pública. A análise e efetivação de participação popular passa pelo envolvimento de categorias no processo decisório. A modelagem de participação varia normalmente em três aspectos: a forma como a participação se organiza; como o Estado se relaciona com a participação e a maneira como a legislação exige do governo a implementação ou não da participação.

Segundo Avritzer (2008), as "formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas" atribui-se o termo de instituições participativas. São as instituições participativas, em suas instâncias representativas organizadas formalmente que proporcionam a expressão de demandas, discussão pública e formação de opinião. Segundo o autor, são três as principais surgidas na democracia brasileira: orçamentos participativos, conselhos de políticas e planos diretores municipais. Observa-se nessas instituições participativas uma variedade de modelagens institucionais distintas.

Gelinski e Seibel (2008) chamam a atenção para o fato de que a inclusão da comunidade na política não passa só pela criação de uma nova categoria partícipe do processo decisório das políticas, pois muitas vezes são os conselhos profissionais que são chamados para as participações decisórias, e este modelo acaba segmentando demais a participação popular no processo de formulação de política pública.

Por outro lado, apesar da tentativa constante na participação de segmentos da sociedade civil nos processos decisórios e nas fases do processo de políticas públicas, no Brasil ainda há uma dependência da vontade política e governamental. Isto ocorre pelo fato de questões de ordem orçamentárias e financeiras assumirem papel preponderante na escolha dos procedimentos operacionais de formulação, principalmente de implementação de uma política pública e, até mesmo, decisória na participação popular. Nos termos legais, é o poder público que tem a responsabilidade de gerir o território, controlando o uso e, obviamente, planejando todas as ações necessárias para atender às demandas do cidadão. Essa

intervenção do Estado pode acontecer em diversos momentos ou em escalas variáveis do processo político administrativo, de solução dos conflitos ou problemas.

Deve-se atentar que o poder público também atua como fomentador da atividade privada. Por ser o Estado um importante agente econômico, deve atuar não só em áreas de ação pública, mas também em áreas estratégicas para a atividade econômica das localidades. O desafio do planejador aumenta pela temporalidade dos mandatos no poder público, uma vez que as exigências e interesses passam a ter prazo curto e os governos desenvolvem ações que contribuirão em mudanças parciais.

Como advertem Santos *et al* (2007, *apud* GELINSKI e SEIBEL, 2008), elaborar uma política pública significa definir quem, para quem, o que, quando e as consequências das decisões. As reações e atendimento às expectativas das comunidades impactadas por uma política pública, são inerentes a maneira como as pessoas são envolvidas no processo e, de acordo com a perspectiva de solução do conflito dela decorrente.

Estabelecer políticas públicas é um processo dinâmico, cujo principal objetivo deva ser convergir interesses e necessidades da sociedade sempre em busca de um consenso mínimo, diante dos diferentes pontos de vista e realidades de vida encontrados.

2.2 Desenvolvimento Local

Ao longo dos anos, a dicotomia conceitual entre crescimento econômico e o termo desenvolvimento acentuou-se, e as discussões em torno do assunto cresceram vertiginosamente. O processo de desenvolvimento deve também ter o escopo de promover a atração de investimentos e inclusão tecnológica para aumentar a produtividade.

Arrais (2007) acrescentou-se à noção de desenvolvimento a eficiência do Estado, na busca de qualidade total e da eficácia da gestão. Ou seja, segundo ele, sem uma gestão pública moderna não há desenvolvimento, pois, o papel do poder público nesse processo é imprescindível.

Diante deste contexto, surge a necessidade de políticas públicas de desenvolvimento, que conciliem oportunidades econômicas, mais apoiadas na melhoria social e no aproveitamento local racional e participativo.

Para Martins (2002), o desenvolvimento local, apesar de não ser a única alternativa de enfrentamento ao desemprego, encerra a perspectiva de lutar contra este e outros problemas sociais e econômicos.

Segundo Martins (2002), o desenvolvimento local nada mais é que o desafio de encarar a solução de atendimento às necessidades básicas e, ao mesmo tempo, atingir níveis elementares de qualidade de vida na comunidade. Para Rozas (1998, p. 95), desenvolvimento local é:

> a organização comunitária em torno de um planejamento para o desenvolvimento, por uma perspectiva de construção social, constituindo assim em um instrumento fundamental, de caráter orientador e condutor, de superação da pobreza.

Neste sentido, identificar as fraquezas, qualidade e capacidades, presentes na comunidade a ser impactada, também se torna tão importante quanto promover o crescimento econômico. É na localidade que o foco das energias e das experiências está presente. Como ressalta Gohn (2004), a base local gera capital social quando gera autoconfiança nos autóctones, para que superem seus obstáculos. É lá que estão fixadas as instituições importantes da rotina do cidadão, como as escolas, os postos de saúde *etc*.

Portanto pode-se afirmar que o desenvolvimento local não é um conjunto de ações padronizadas, que podem ser aplicadas em qualquer lugar, mas uma estratégia com os princípios sustentáveis e comunitários.

O grande diferencial na promoção do desenvolvimento com base local está em tornar a população impactada, em verdadeiros protagonistas do processo e não apenas beneficiários passivos. A comunidade deve atingir seus objetivos principais – como bem-estar, qualidade de vida, geração de emprego e renda entre outros –, mas no papel de agente condutor do desenvolvimento.

Martín (2002, p. 172) reforça que "o desenvolvimento local deve ser compreendido como o atendimento das necessidades fundamentais, por meio do protagonismo real e verdadeiro de cada indivíduo".

Entende-se que a participação comunitária, seja na formulação seja na implementação da política de desenvolvimento local, assume um papel de destaque. Oferecer ferramentas e condições para que a população envolvida não seja coadjuvante torna-se o maior desafio para o planejador. No recorte regional deste trabalho ainda existem ausências importantes de necessidades básicas como: saneamento, educação, saúde *etc.*

(IBGE, 2020). Por esta razão, a dificuldade para o exercício da cidadania, associativismo e para atingir o sentimento de pertencimento torna-se ainda maior.

Nesse contexto, aproveitando a afirmação de Demo (1988), a participação é, sem dúvida, uma conquista a ser alcançada de forma individual, em uma busca contínua para que a pessoa se torne cada vez mais cidadã. É importante visualizar a participação enquanto resultado do processo de construção e não apenas como método de conscientização popular.

Já Martins e Caldas (2009) entendem que, para que ocorra o desenvolvimento local, o formulador de políticas públicas deva enfrentar três desafios: observar efetivamente as experiências, entender a localidade como campo de possibilidades econômicas de curto prazo e contextualizar o local com o entorno, no âmbito nacional e internacional.

O envolvimento das lideranças da localidade impactada, com o aproveitamento de suas capacidades e das suas potencialidades contribui para maximizar a capacidade de atender às necessidades e aos anseios da população local de acordo com o contexto que está inserida.

Entende-se que a participação comunitária é adequada em comunidades que anseiam por melhorias sociais e econômicas, entretanto não se deve esquecer que, na formulação de uma política pública, existem instituições que interferem em todo processo decisório que, ao sofrer ou participar de intervenções, alteram radicalmente o cotidiano das pessoas.

Todos os aspectos elencados apontam para um cenário paradoxal em várias localidades, nas quais existem instituições que buscam a participação comunitária em políticas públicas econômicas e outras que objetivam a transformação social por meio do desenvolvimento local. Democratizar a gestão pública, para formular políticas públicas de desenvolvimento local tendo como prioridade atender às necessidades da população é um grande desafio.

2.3 Experiências de Desenvolvimento: intervenções que mudaram cenários locais

O grande desafio de qualquer intervenção pública de caráter local é assegurar a melhoria do ambiente social e o desenvolvimento econômico, de forma a transformar a realidade, envolvendo a comunidade de maneira democrática e transparente.

Dessa forma, grandes iniciativas ou empreendimentos que estabeleçam mudanças na sociedade devem ajustar o território a suas necessidades, promovendo a transformação econômica e social. Este item do trabalho apresenta iniciativas de intervenções que podem demonstrar como certas capacidades buscam a eficiência do poder público.

Para a escolha destas experiências foi realizada uma pesquisa em artigos científicos, em inserção em redes sociais e *sites* institucionais, buscando as experiências que apontassem melhores resultados econômicos (geração e distribuição de renda e emprego), abrangência regional, capilaridade de atores sociais envolvidos e similaridades com os conflitos que ocorrem em Alcântara.

2.3.1 Jazidas e Usinas Hidrelétricas na Amazônia

A experiência da jazida de manganês do município da Serra do Navio, Estado do Amapá foi importante para preencher vazios demográficos na Amazônia. Segundo Sevá Filho *et al* (2011), em 1953, a empresa denominada de Sociedade Indústria e Comércios de Minérios Ltda. - Icomi foi autorizada a explorar a mina de manganês por 50 (cinquenta) anos.

Nas décadas seguintes, a mineração participou da economia nacional como indutora do desenvolvimento, mas essa exploração não teve a devida preocupação do poder público, o que acarretou em conflitos e problemas sociais. No caso específico, a Vila Operária, que foi implantada pela empresa exploradora do manganês, contava com serviços básicos de saúde, educação e energia para atender os trabalhadores. A população não ocupada no empreendimento não tinha acesso a esses serviços (SEVÁ FILHO *et al*, 2011). O fato da ICOMI realizar a implementação de serviços na região gerou dependência do município e, com a sua falência em 1997, deixou o município ainda mais pobre do que quando o encontraram, e a prefeitura enfrentou muitas dificuldades, inclusive para manter os serviços implementados pela empresa na Vila Operária. Essa experiência demonstra que o processo de estabelecimento das políticas públicas que não promova a participação dos atores locais resulta na concentração de investimentos em determinados pontos do território, maximizando as desigualdades sociais.

Outra experiência da Amazônia foram as construções das hidrelétricas. Desde a década de 1980 a região norte do Brasil é envolvida na construção de hidrelétricas e todas sempre envoltas a conflitos territoriais. Um exemplo relevante, é o caso da Usina Hidrelétrica

Samuel no rio Jamari, no Estado de Rondônia. Com sua construção realizada durante o regime militar, a Usina Samuel foi a primeira grande hidrelétrica instalada em Rondônia. Sua instalação foi feita sem nenhuma consulta popular e promoveu deslocamentos de várias famílias, algumas sem nenhuma indenização. A maioria das negociações com os moradores deslocados foram descumpridas. Segundo Sevá Filho *et al* (2011), antes das transferências, o plantio de qualquer tipo de lavoura foi proibido, o que reduziu a quantidade de benfeitorias identificadas quando a empresa realizou o levantamento para fins de indenização; acessos por estradas novas foram implementados, mas a manutenção não era realizada e as indenizações foram pagas com muita dificuldade. A maneira como ocorreram os deslocamentos transformou a condição de moradia e o modo de sobrevivência dos atingidos. Após quase quarenta anos, os conflitos sociais relacionados à construção da Usina Samuel permanecem e os atingidos reivindicam soluções para os danos ambientais e sociais sofridos.

2.3.2 Produção de mel no Piauí

Esta iniciativa trata da produção de mel como atividade econômica em comunidades localizadas do município de Simplício Mendes, no estado do Piauí. Neste exemplo, não há inicialmente influência do poder público, sendo a formatação de todo o processo realizada por comunidades de produtores. Por meio da igreja católica, surgiu a proposta de criar a associação de produtores de mel e a construção de um entreposto para comercialização do produto. Foram planejadas várias ações como: compra e financiamento de lotes para fixação do produtor na região, estruturação de dezessete comunidades de produtores, construção de açudes e cisternas para solucionar problemas de falta de água e alimentos, produção de roças diversas e criações de animais variados.

Em seguida, inseriu-se a produção do mel como oportunidade de maximizar a renda das comunidades e como complemento alimentar. Inicialmente criou-se a associação dos produtores e a qualificação de pessoal para a produção e escoamento do mel, por meio de uma ampla rede de colaboradores e parceiros. Entre os pontos positivos da iniciativa, está o fato de que a população absorveu o conceito de que seria possível melhorar de vida trabalhando coletivamente e produzindo, mesmo diante de todas as adversidades, especialmente climáticas. Outro ponto de relevância para o resultado exitoso foi que, por não se tratar de uma iniciativa do poder público, não se enquadrou na pressão temporal dos quatros anos de mandato.

Segundo Martins e Caldas (2009, p. 8), os resultados desta experiência são evidentes, como:

> melhoria de auto estima e da qualidade de vida das comunidades, aquisição de bens de consumo durável, consciência da necessidade de negociar e se reunir em conjunto e, no que diz respeito ao mercado, inserção do produto em outros países.

No entanto, há a necessidade de formação contínua para a transmissão da prática comunitária às outras gerações, para que todo o trabalho não se desconstrua. Este exemplo piauiense mostra, como afirma Martins e Caldas (2009), que nem sempre a existência de recursos resulta em desenvolvimento local, mas a formulação e implementação de políticas públicas com a participação comunitária pode também criar um capital social.

2.3.3 Base Espacial de Kourou – Guiana Francesa

Sem correr o risco de menosprezar as outras experiências relatadas, esta talvez seja a de maior visibilidade para este trabalho, pelo fato de se tratar de um empreendimento similar ao proposto para Alcântara. Salienta-se que, com características diferentes de territorialidade e de espaço temporal, a análise na intervenção da base espacial da Guiana Francesa é uma referência para o Brasil, pois ela dividirá o mercado aeroespacial com a base espacial de Alcântara, principalmente devido à localização próxima a linha do Equador, que proporciona vantagem competitiva no segmento.

A implantação do centro espacial da Guiana Francesa ocorreu na década de 1960, quando a Argélia, país africano no qual o governo francês pretendia construir a sua primeira base de lançamento, tornou-se independente da França. Segundo Souza (2010, p. 126), “Kourou era uma pequena vila de 650 (seiscentos e cinquenta) habitantes e tinha sua economia baseada na agricultura, na pesca e na pecuária”. A cidade está localizada a 60 km noroeste de Caiena, Capital da Guiana.

Para Giacottino (1984), a Guiana transformou-se em uma área estratégica para a segurança nacional francesa, aproximando o departamento ao sistema econômico francês. Essa vantagem financeira somada à carência de mão de obra local, impulsionaram os primeiros fluxos migratórios para a região, que possuía baixa densidade populacional pela ausência de fluxo econômico forte.

Segundo Arouck (2000, p. 74), “a implantação dessa área de pesquisa e operação foi um referencial importante para o desenvolvimento sócio econômico da Guiana Francesa”, envolvendo a construção de uma cidade do tipo *Company Town* (cidade- empresa) em Kourou, nos arredores do complexo e a implementação de várias medidas de segurança.

O aspecto positivo da intervenção em Kourou, do ponto de vista de benefícios para a população local foi a grande transformação econômica. De acordo com Duarte (2016), o sucesso do programa de lançamento de satélites Ariane, na década de 1980, foi prepoderante para o desenvolvimento da Guiana Francesa, a ponto de, na década seguinte, o departamento francês se mostrar mais próspero.

Apesar de oscilações anuais dos números da economia e da dependência do comércio com outros países na aquisição de suprimentos para a atividade espacial, peculiares ao mercado do segmento, o crescimento econômico da Guiana Francesa foi evidente. Para Silva (2013), destaca-se o período entre 1998 e 2000, quando a base espacial teve um aporte de investimentos da ordem de 160 milhões de euros, tendo como consequência uma evolução do PIB do País em 7% (sete por cento). Para o autor, a influência dos investimentos no setor espacial neste período, demonstra a sua importância para a economia do país. Já de acordo com Nobile (2015), em 2014, a base espacial movimentou 25% (vinte cinco por cento) do PIB da Guiana Francesa, tendo como consequência a oferta de 20% (vinte por cento) dos empregos diretos e indiretos do departamento.

Durante a operação da base, ao longo desses anos, a renda *per capita* do país cresceu exponencialmente. De acordo com dados fornecidos pelo prefeito de Kourou, François Ringuet, a renda *per capita* da Guiana Francesa chegou à média de 16 mil euros por ano. Em Kourou, esse valor sobe para 20 mil euros (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2019).

Outro ponto positivo é o desenvolvimento da atividade turística como opção para geração de emprego e renda. Segundo o observatório de turismo da Guiana Francesa, o país recebeu 110.739 turistas em 2017, sendo que 49% (quarenta nove por cento) visitam o centro espacial e 71% (setenta um por cento) dos habitantes do país visitaram a base de lançamentos. Kourou é o segundo destino mais visitado depois da capital Caiena. Ademais as atividades aeroespaciais e turísticas, o Centro Nacional de Estudos Espaciais (CNES) desenvolve vários projetos visando o desenvolvimento regional, como: a preservação ambiental e a formação de jovens para aumentar a empregabilidade.

Entretanto, apesar de todos os impactos positivos na economia da Guiana Francesa, várias ações e conjunturas sociais restringiram os benefícios a uma parte dos cidadãos, principalmente aos imigrantes, excluindo os originários do território.

Muitos desses conflitos e problemas iniciaram na implantação da base. Nesta época, muitos moradores preocupavam-se com as consequências demográficas, culturais e políticas da instalação de um empreendimento de grande porte. Mesmo assim, a expectativa de desenvolvimento local eficaz mitigou as contestações.

Grande parte dos conflitos começaram quando o governo francês optou pela metodologia de contratar imigrantes, como forma de suprir a carência de mão de obra local, durante a construção da base espacial. A contratação atraiu muitos imigrantes dos países vizinhos e chegaram a representar, nesse período, 75% (setenta cinco por cento) da mão de obra.

A implantação das *company town* (cidades-empresas), deu origem a uma divisão do espaço urbano, extremamente marcante, acarretando em diversos enfrentamentos e cruzamento social entre as etnias. Em todo esse processo, destacam-se a permanência de grupos autóctones e os hábitos e costumes trazidos pelos imigrantes. Souza (2010) ressalta que, desta forma, as identidades foram formadas em alguns grupos étnicos que ainda ocupam essas cidades construídas e os "excluídos", gerando uma convivência conflituosa.

O sistema de desapropriação de terras, necessário para uso do centro de lançamentos foi baseado em diretrizes distanciadas dos valores inerentes aos moradores nativos, promovendo um deslocamento territorial e do modo de vida sem benefícios concretos como contrapartida. Jolivet (1990) *apud* Souza (2010, p. 4) afirma que a maneira que todo esse processo aconteceu "demonstrou desprezo com a sociedade local já estabelecida" e provocou reações dos autóctones, que variavam entre o ceticismo, revolta e a esperança pelo que o progresso poderia proporcionar. A configuração do espaço urbano teve como consequência a marginalização dos antigos moradores em áreas periféricas, e a segregação foi visível.

Observa-se, baseado em afirmações de Lézy (1989) apud Souza (2010), que o território planejado em Kourou promoveu a segregação étnica e econômica e construiu uma cidade repartida pelos espaços privados e interditados a determinados grupos em determinadas horas, gerando um sentimento de hostilidade mútua.

Diante de todo esse quadro, pode-se afirmar que, a implantação da Base Espacial de Kourou, apesar de, em linhas gerais, ter proporcionado resultados econômicos que

modificaram os números do país, contribuiu também para conflitos étnicos. A maneira hierárquica e estigmatizada como foi planejado o seu desenvolvimento urbano gerou fortes desigualdades sociais e, fora do território do centro de lançamentos, o índice de desemprego chegou ao patamar de 40% (quarenta por cento), e a mão de obra imigrante muitas vezes preferida em detrimento da mão de obra guianense.

Kourou possui características de clima, localização, densidade demográfica e população similares à cidade de Alcântara, estado do Maranhão. Este comparativo com esta experiência pode servir de referência para o município maranhense, implementar uma política pública de desenvolvimento local, após a aprovação do AST – Acordo de Salvaguarda Tecnológica, pelo Congresso Nacional.

Considera-se de extrema relevância a análise das experiências relatadas. Todas surgiram de uma necessidade premente em organizar parte da sociedade interessada em atuar em determinado setor, ou na geração de emprego e renda. Buscou-se mostrar iniciativas de setores variados da sociedade e do poder público. Observa-se que, quando os empreendedores adotaram o planejamento e desenvolveram uma rede de cooperação, os resultados foram mais exitosos. Isto demonstra a necessidade de coletar informações regionais com a atuação dos atores locais, capazes de orientar os formuladores de políticas.

Por fim, as experiências descritas neste texto, mesmo nos casos em que as expectativas dos atores sociais não foram correspondidas, evidenciaram os efeitos diretos e indiretos produzidos nas economias locais. Estas iniciativas, sendo exitosas ou não, são ricas em elementos que podem contribuir as reflexões sobre possibilidades e limites de utilização de práticas de desenvolvimento econômico local.

3. Centro Espacial de Alcântara X Comunidade local: levantamento das expectativas

Para compreender o papel do Centro Espacial de Alcântara na promoção do desenvolvimento local, torna-se necessário o entendimento do relacionamento das comunidades com a Base de Lançamento e como o estabelecimento de políticas públicas podem contribuir para este processo. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa visando obter resposta a seguinte pergunta: É possível entender se os anseios e expectativas das comunidades alcantarenses em relação à Base Espacial de Alcântara, proporcionadas pela assinatura do AST entre Estados Unidos e Brasil, estão alinhadas com as políticas públicas previstas para dar respostas à população, proporcionando o desenvolvimento local? Portanto, a pesquisa realizada teve como objetivos: Pesquisar a relação das comunidades do município de Alcântara com o Centro Espacial; identificar as necessidades das comunidades de entorno do Centro Espacial de Alcântara; coletar a opinião das comunidades alcantarenses sobre como o estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento local podem gerar benefícios econômicos e sociais e pesquisar planos, programas e projetos previstos pelos órgãos competentes que tenham o escopo de uso comercial da Base Espacial.

3.1 Procedimento metodológico

Na pesquisa de campo, a metodologia utilizada foi mista, pois a pesquisa adotou os métodos: qualitativo e quantitativo. Na qualitativa, como foi necessário conhecer a percepção dos entrevistados, seus aspectos de avaliações tiveram cunho subjetivo, sendo então uma coleta de dados primários, aplicada através de questionários, com perguntas abertas e fechadas.

Como afirma Gomes (2013, p. 6), “nesta etapa é de suma importância ter feito um questionário bem feito, para um melhor aproveitamento dos dados”, o objetivo do uso do questionário foi para assegurar a uniformidade das informações coletadas. Os questionários foram aplicados por três *pesquisadores que foram treinados para uso do da Plataforma Coletum (permite coleta e gestão de dados para equipe de campo através do celular e p*ossui geolocalização, permitindo acompanhar no mapa onde o questionário foi preenchido).

A pesquisa foi realizada em duas etapas distintas; são elas: recrutamento dos participantes - principalmente as lideranças comunitárias da zona urbana e das comunidades

das agrovilas de entorno do Centro Espacial de Alcântara, seguido da entrevista em si. Para o recrutamento foi usado o método de amostragem do tipo não-probabilístico denominado de snow-ball (bola-de-neve), onde a partir de um primeiro entrevistado, por indicação, seguiu outro, respeitando os critérios de setorização das comunidades. O método foi selecionado diante da dificuldade que as comunidades têm de expressar suas opiniões, no que concerne à Base Especial, e baseado em Vinuto (2014, p. 204), que afirma:

> a amostragem em bola de neve também pode ser utilizada quando a pergunta de pesquisa estiver relacionada a questões problemáticas para os entrevistados, já que os mesmos podem desejar não se vincular a tais questões.

As informações obtidas pela *Plataforma Coletum foram exportadas para o SPSS - Statistical Package for Social Sciences (software* aplicativo do tipo científico, de fabricação da I.B.M), que fez a tabulação e onde ocorreu o cruzamento das perguntas com as variáveis e exibidas as informações em tabela. Em seguida, foram exportadas para o excel para a geração dos gráficos.

Para a coleta das informações, os instrumentos metodológicos utilizados para darem respaldo à pesquisa quali-quantitativa foram: o diário de campo (DC), que é utilizado como uma ferramenta que permite sistematizar as experiências em campo para posteriormente analisar os resultados.

De Oliveira (2014, p.1) afirma que:

> configura-se como um dispositivo de registro das temporalidades cotidianas vivenciadas na pesquisa, ao potencializar a compreensão dos movimentos da/na pesquisa e das diversas culturas inscritas no cotidiano da comunidade e da escola estudada.

Essa ferramenta consiste no relato escrito daquilo que o pesquisador ouve, vê, experimenta e pensa no decorrer de uma coleta de dados, descrevendo as pessoas, os objetos, lugares, acontecimentos, atividades e conversas, assim como, suas ideias, estratégias, reflexões e indagações.

Outra técnica é a entrevista semiestruturada (ESE), sendo esta utilizada para recolher os dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, enquanto que a pesquisa quali-quantitativa consiste na abordagem de trabalho com dados estatísticos com a intenção de representar em números a realidade social. Segundo Lima *et al* (1999, p. 4), na entrevista semiestruturada:

> o informante tem a possibilidade de discorrer sobre suas experiências, a partir do foco principal proposto pelo pesquisador; ao

> mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas do informante, valoriza a atuação do entrevistador.

Destaca-se que a coleta de dados foi realizada em seis comunidades, sendo usados os instrumentos mencionados, em busca de informações apontadas pelos moradores, de modo que o conteúdo foi inteiramente descrito de acordo com a opinião e as experiências dos indivíduos das agrovilas de entorno da Base Espacial e que compõem as comunidades que foram removidas durante a construção do Centro de Lançamentos em Alcântara; são elas: Só Assim, Espera, Cajueiro, Ponta Seca, Pepital, Marudá e Perú. A pesquisa atingiu o público alvo de 390 (trezentas e noventa) famílias, sendo 240 (duzentas e quarenta) famílias das três maiores comunidades e 90 (noventa) referentes às três menores comunidades.

Ainda foi realizada análise documental como relatórios de gestão e outros da Agência Espacial Brasileira, assim como pesquisas de normativas oficiais, com o escopo de identificar suas principais iniciativas previstas para a região, visando obter os principais planos, programas e ações públicas.

O Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) foi idealizado na região, após uma criteriosa avaliação dos possíveis locais para a sua construção (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2017), e sua inauguração ocorreu em dezembro de 1989, quando foram lançados quinze foguetes SBAT-70 e dois foguetes SBAT-152. Vários lançamentos foram realizados, tanto brasileiros quanto em parceria com outros países.

No entanto, desde a implantação do CLA, existe uma rejeição da comunidade causada principalmente pelo remanejamento de pessoas de seu *habitat* natural, sem nenhuma compensação financeira para as comunidades atingidas, na sua maioria quilombolas. Os quilombolas são grupos étnicos, constituídos principalmente pela população negra, que possuem relações com o espaço onde vivem, inerentes a sua história e das suas gerações anteriores de parentesco.

Segundo Lopes (2020), “as famílias remanejadas por muitos anos foram impedidas de fazer modificações em suas casas nas agrovilas”. O AST não afeta as questões fundiárias, mas resgata a discussão que acontece há 30 (trinta) anos e talvez seja o maior desafio para a consolidação do Centro Espacial. Segundo a autor, o AST traz à tona uma ameaça real de novos deslocamentos. Essas insatisfações referentes à forma como foi conduzido o reassentamento é um “ranço” histórico na localidade.

A pesquisa in loco foi realizada entre 1 e 5 de setembro de 2020. Os roteiros de entrevistas foram elaborados com o intuito de compreender as diferentes visões sobre o

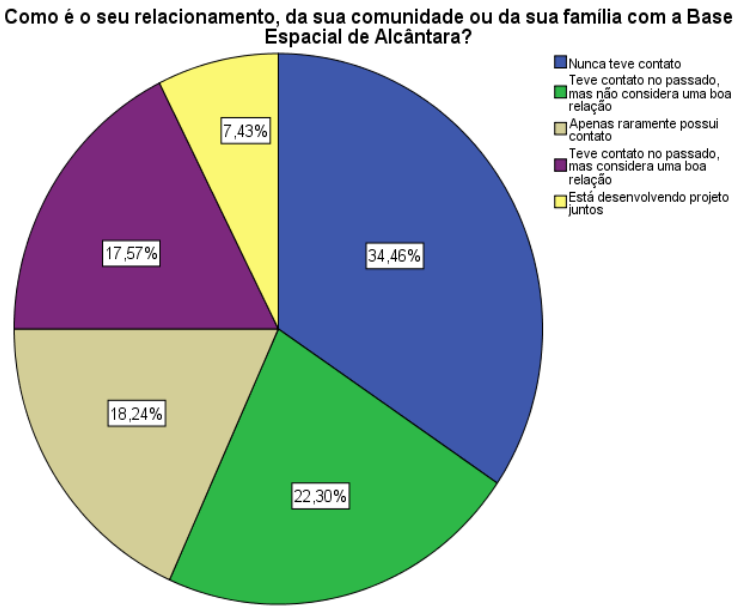
papel da Base Espacial no município, com perguntas voltadas para entender como tem ocorrido a relação da população alcantarense com o CEA – Centro Espacial de Alcântara.

Além das entrevistas, posteriormente, foram efetuadas várias ligações telefônicas para as lideranças comunitárias de cada agrovila onde foram aplicados os questionários com o intuito de esclarecer alguns pontos pendentes e também para coletar novos dados que foram utilizados na análise.

Os entrevistados, às vezes, mostraram certa desconfiança ao serem questionados, algo compreensível diante da remoção que aconteceu há trinta anos quando a Base Espacial se instalou em Alcântara e, também, diante da expectativa gerada pelo AST com os Estados Unidos.

A primeira parte do questionário aplicado foi para identificação do entrevistado. Em seguida perguntas concernentes à relação da população com a Base Espacial e sobre o AST nortearam a pesquisa. Seguem alguns dos resultados:

Gráfico 1– Relacionamento com a Base Espacial

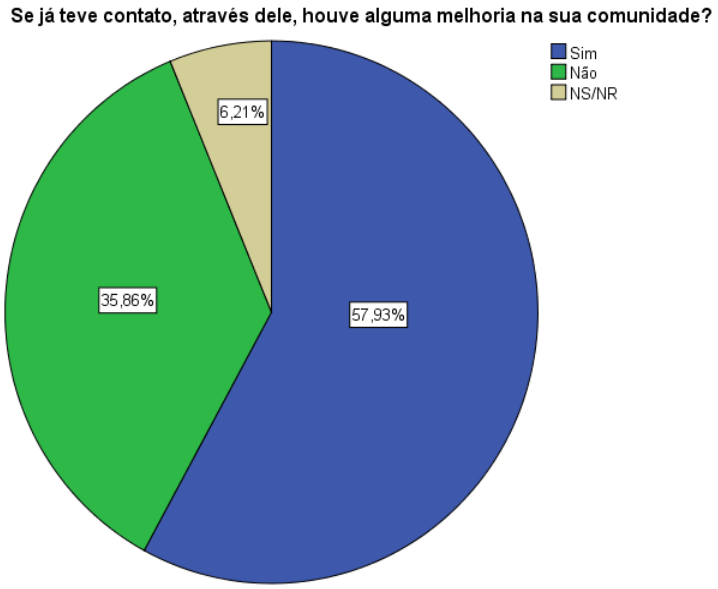


Fonte: Coleta por questionário estruturado.

A relação das comunidades entrevistadas com a Base Espacial, de acordo com as respostas, não pode ser considerada como boa. O maior percentual dos entrevistados,

34,46%, nunca teve contato com a Base Espacial, mesmo ela ocupando quase 50% da área do município o que mostra o distanciamento da instituição com a comunidade de entorno. Mesmo a soma dos outros percentuais apontando que a maioria, 66,44 %, já teve contato com o centro espacial de Alcântara, vale observar que 22,30% dos entrevistados já tiveram algum contato, mas não acharam proveitoso; 18,24% tiveram contatos esporádicos e superficiais; por outro lado, 17,57% já tiveram contato e consideram que foi proveitoso, e apenas 7,43% desenvolvem projetos com a Base Espacial em Alcântara. Gohn (2004) afirma que a base local gera capital social quando gera autoconfiança nos autóctones, para que superem seus obstáculos. Como a relação das comunidades alcantarenses com a Base Espacial é distante, conforme os dados apontados neste gráfico, dificilmente o desenvolvimento econômico acontecerá a partir de ações que ajudem a comunidade a se tornar autossuficiente. Espera-se que com o AST com os Estados Unidos, a Base Espacial de Alcântara busque a aproximação com a comunidade como forma de envolver a população com os benefícios sócio econômicos que poderão ser gerados na cidade e facilitando o acesso às melhorias.

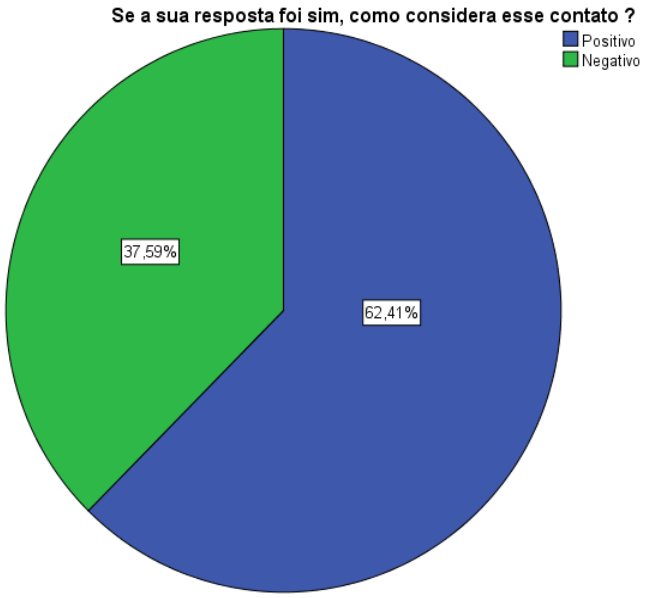
Gráfico 2– Contribuição da base espacial em melhorias nas comunidades



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Dos 66,44% dos entrevistados que já tiveram algum contato com a Base Espacial de Alcântara, 57,93% reconhecem que a relação das comunidades mesmo sendo distante trouxe alguma melhoria para a região. Por outro lado, 35,86% não consideram que trouxe melhorias para a localidade, e apenas 6,21% não souberam responder. Este resultado demonstra a importância da Base Espacial para o desenvolvimento econômico da região e que, mesmo com a rejeição das comunidades por conta da falta de titularidade das terras, a população reconhece que o centro de Alcântara trouxe melhorias para as localidades após a sua implementação.

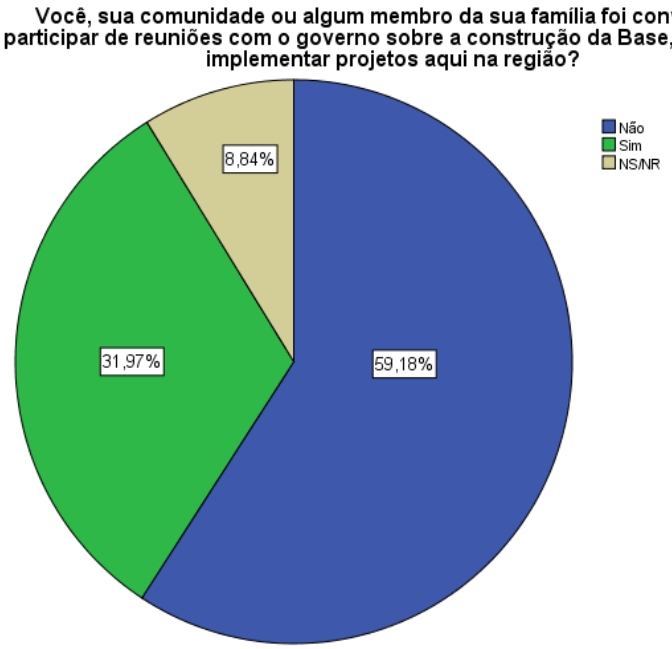
Gráfico 3 – Avaliação do contato da base espacial com a comunidade



Fonte: Coleta por questionário estruturado

Dentre os 66,44% entrevistados que já tiveram algum contato com a Base Espacial de Alcântara, 62,41% avaliaram como positivo, e 37,59%, como negativo. A percepção é que, mesmo tendo um relacionamento distante com as comunidades de entorno, a gestão da Base Espacial consegue gerar a expectativa de melhorias e, aqueles que mantêm contato por meio de projetos ou desenvolvendo alguma atividade esporádica têm a sensação de que o centro espacial é um bom parceiro da população alcantarense.

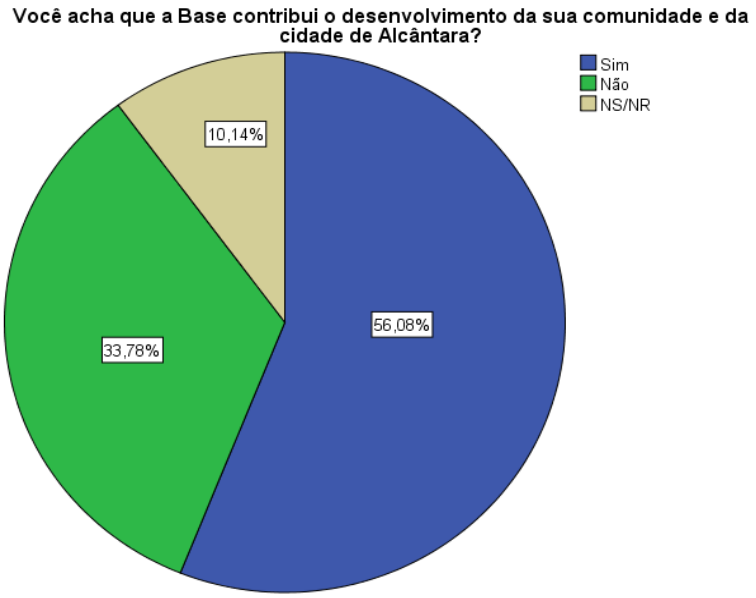
Gráfico 4 - Participação da comunidade em projetos da base espacial



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Mais uma pergunta da entrevista comprova que o contato da Base Espacial com as comunidades de Alcântara é insuficiente, pois 59,18% dos entrevistados não foi consultado ou convidado a contribuir na construção ou ampliação da atuação da Base Espacial de Alcântara. Apenas 31,97% teve participação, e 8,84% não souberam responder se algum membro da família participou. Interessante analisar que, se 62,41% dos entrevistados que tiveram contato com o centro espacial consideram-no positivo, mas a maioria não foi consultada para participar de projetos, o que significa dizer que as comunidades carecem desse contato, pois 57,93% consideram que podem trazer mais melhorias para a população local.

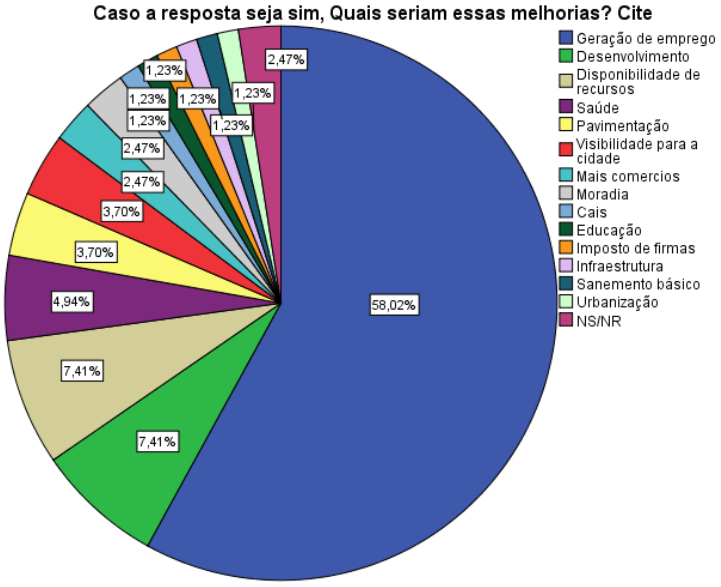
Gráfico 5 – Contribuição da Base Espacial para o desenvolvimento da cidade



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Mesmo se mantendo distante de contato com as comunidades de entorno – pois 34,46% dos entrevistados afirmaram nunca ter tido contato com a Base Espacial, e 59,18% afirmaram não terem sido consultados ou convidados a contribuir na construção ou ampliação da atuação da Base Espacial de Alcântara –, 56,08% acham que a Base Espacial contribui para o desenvolvimento do município. 33,78% não concordam que haja contribuição da Base para o desenvolvimento, e 10,14% não souberam responder.

Gráfico 6 – Tipos de contribuições da Base Espacial para o desenvolvimento da cidade

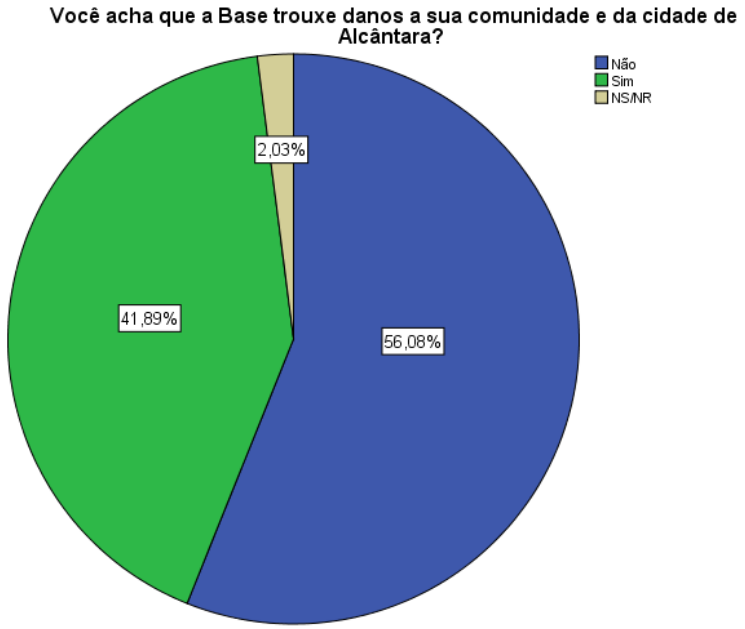


Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Dos 56,08% que acham que a Base Espacial contribui para o desenvolvimento do município, 58,02% acham que a principal colaboração da Base é a geração de emprego, seguido por 7,41% que acham que a Base proporciona desenvolvimento para a região, e 7,41% que acham que disponibilizam recursos para as comunidades. 4,94% acham que a Base contribui com prestação de serviços de saúde; 3,7%, com a pavimentação de estradas; 3,7% acham que a Base contribui para dar visibilidade para a cidade; 2,47%, para o aumento do comércio; 2,47% acha que a Base ajudou a melhorar as moradias da região, e 1,23% foi o percentual de respostas de pessoas que acham que melhorou o cais da cidade, educação, impostos de empresas e que melhora a infraestrutura da cidade, o saneamento básico e a urbanização. Além dessas respostas que tiveram como resultado o mesmo percentual, 2,47% não souberam responder.

Observa-se claramente, a partir desta resposta, que as comunidades alcantarenses acreditam que o estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento local pode gerar benefícios econômicos e sociais diretos com a Base Espacial.

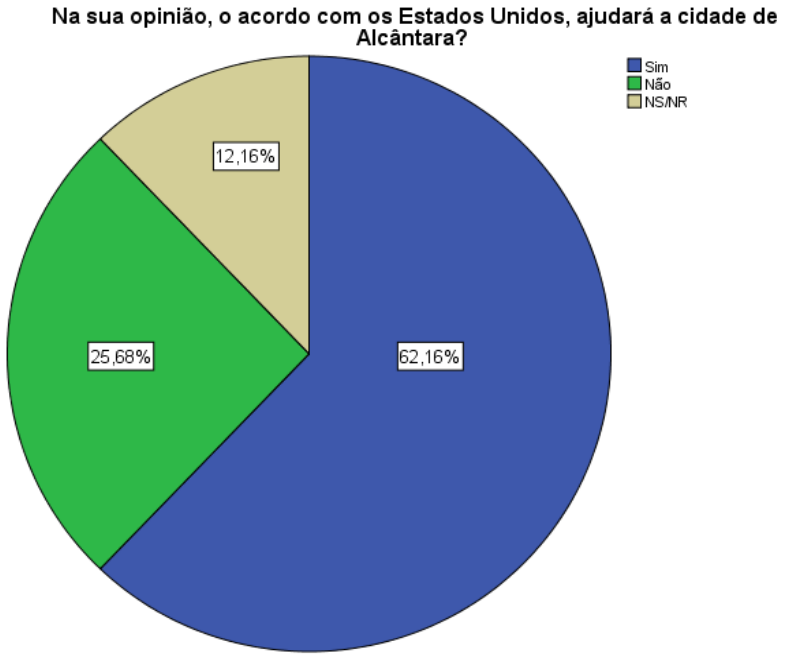
Gráfico 7 – Avaliação de impactos negativos da Base Espacial



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Quando perguntados se a Base Espacial trouxe impactos negativos para a cidade de Alcântara e seu entorno, 56,08% disseram que não acham isso, e 41,89% acham que a implantação do centro espacial trouxe danos na localidade. Apenas 2,03% não souberam responder. Percebe- se claramente uma divisão na população a respeito do assunto, fato demonstrado neste resultado equilibrado.

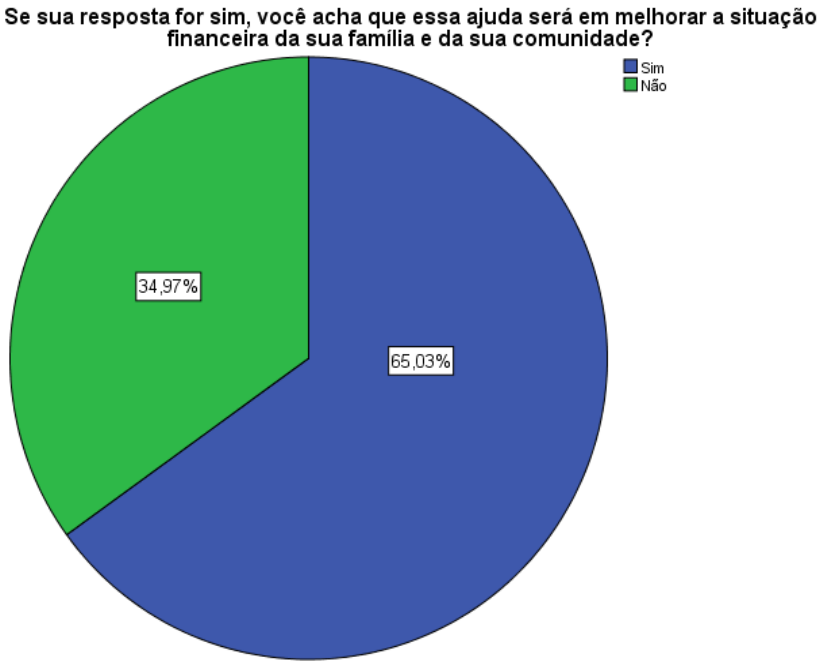
Gráfico 8 - Avaliação sobre o acordo com os Estados Unidos



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Sobre o AST (Acordo de Salvaguardas Tecnológica) celebrado com os Estados Unidos, 62,16% dos entrevistados acham que o acordo ajudará a cidade de Alcântara, 25,68% acham que não ajudará a localidade, e apenas 12,16% não souberam responder. Percebe-se que há expectativa por resultados favoráveis que o AST, com os Estados Unidos, poderá proporcionar à Base Espacial e ao município de Alcântara. Este resultado ressalta o que revela outras respostas da pesquisa, que apontam 57,43% dos entrevistados com conhecimento do acordo de salvaguardas com os Estados Unidos e demonstra que a amostragem da população entrevistada tem consciência da importância do AST para o desenvolvimento local por meio de políticas públicas que possam gerar emprego e renda à população. Os números desse gráfico ajudam a atingir o objetivo geral desta pesquisa.

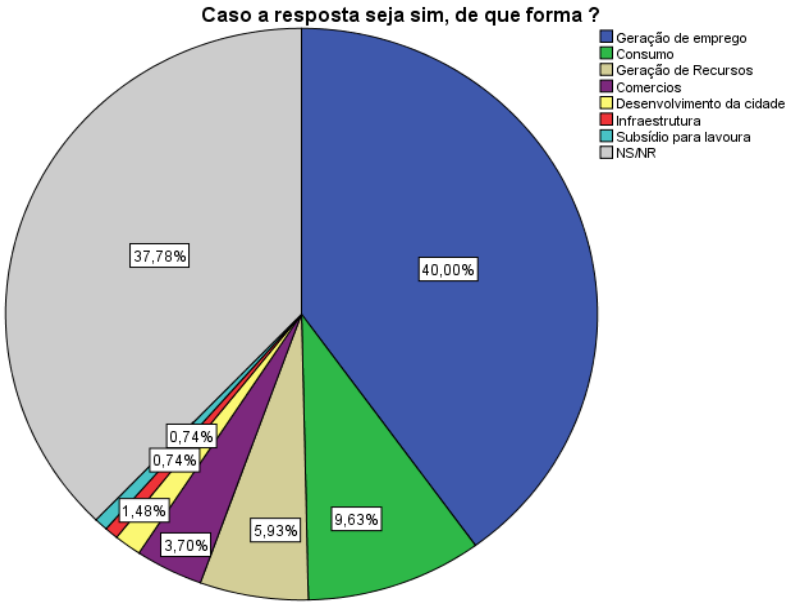
Gráfico 9 – Melhoria da situação financeira após o acordo com os Estados Unidos



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Dos 62,16% entrevistados que acham que o acordo ajudará a cidade de Alcântara, 65,03% acreditam que impactará financeiramente a sua família e a comunidade de entorno da Base Espacial, e apenas 34,97% não acreditam que isto acontecerá. Observa-se claramente que o AST com os Estados Unidos está gerando expectativas positivas na comunidade de entorno e que a comunidade entende o AST como uma grande oportunidade para que as políticas públicas de desenvolvimento local integrem a população e gere efeitos diretos a economia, proporcionando melhoria em sua qualidade de vida.

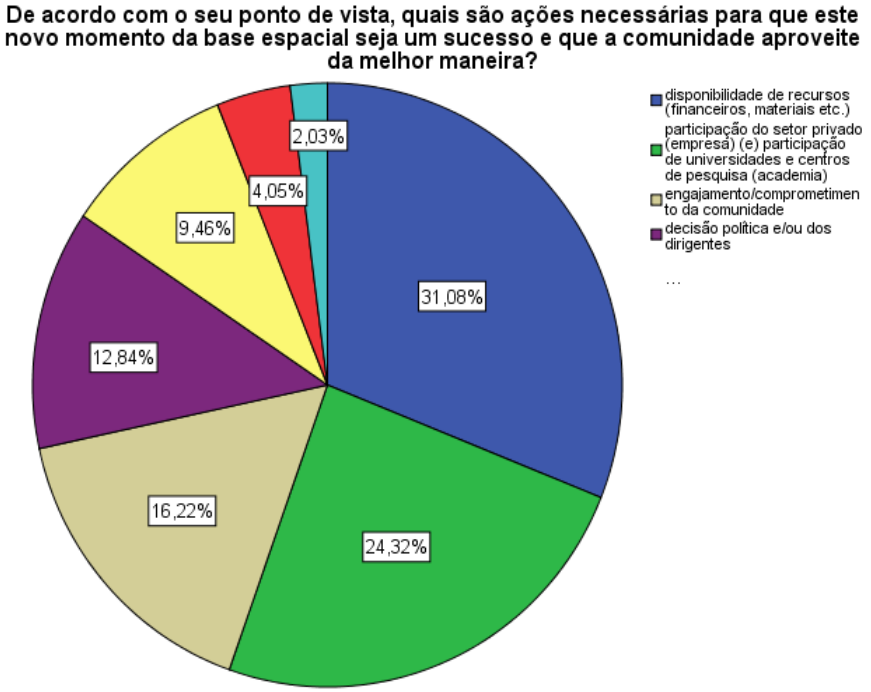
Gráfico 10 – Formas de melhorias após o acordo com os Estados Unidos



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Entre os que acreditam que o AST, com os Estados Unidos, impactará financeiramente a sua família e a comunidade de entorno da Base Espacial, 40% acreditam que isso acontecerá porque haverá geração de emprego; 37,78% não sabem como irá melhorar as finanças das comunidades apesar de acreditar nisso; 9,63% acreditam que melhorará porque aumentará o consumo na região; 5,93%, porque irá aumentar os recursos e investimentos, 3,70% acham que, com o AST, o comércio irá prosperar; 1,48% acreditam que irá aumentar o desenvolvimento da cidade, 0,74% acredita que irá melhorar a infraestrutura na região, e o mesmo percentual de entrevistados acredita que irá ter mais subsídios para a lavoura. Observa-se que a maior expectativa das comunidades é com a possibilidade de geração de empregos e aumento da dinâmica da economia local. Vale ressaltar que, em comparação com outros resultados encontrados – onde 41,89% acham que a implantação do centro espacial trouxe danos na localidade, mesmo 75,83% não sabendo responder quais seriam esses prejuízos –, neste caso do AST, a expectativa é contrária. Conclui-se que o cenário favorável é em virtude da maior participação e envolvimento das comunidades pela recente presença regular dos comandantes na Base Espacial nas áreas de entorno do centro espacial.

Gráfico 11 - Ações necessárias para o aproveitamento do Acordo na cidade



Fonte: Coleta por questionário estruturado.

Dentre as ações necessárias para que a comunidade aproveite os benefícios do AST, 31,08% dos entrevistados entendem que tem que ter disponibilidade de recursos financeiros e materiais; 24,32% acreditam que a participação do setor privado será importante; 16,22% acreditam que as universidades serão preponderantes; 9,46% entendem que deverá ocorrer o engajamento da comunidade para que os benefícios do AST sejam difundidos; 12,84% dos entrevistados acreditam que deve ter decisão política para que haja a distribuição equitativa dos benefícios; 4,05% acreditam que a participação de atores locais que não fazem parte do setor privado será mais importante; e 2,03% defendem outras opções diversas de estratégias.

O estudo explicitou, a partir da pesquisa na comunidade, que grande parte da população acredita que o AST- Acordo de Salvaguardas Tecnológicas ajudará a cidade de Alcântara, demonstrando alta expectativa por resultados favoráveis à Base Espacial e ao município.

A pesquisa mostrou que, dentre as ações necessárias para que a comunidade aproveite os benefícios do AST, a população entende que a disponibilidade de recursos financeiros e materiais e que a participação do setor privado e das universidades serão fatores preponderantes. Outro resultado importante é que a população de Alcântara entende que deverá ocorrer o engajamento da comunidade para que os benefícios do AST sejam difundidos e, para isto, deve ter decisão política para que haja a distribuição equitativa dos benefícios. O estudo apontou que a população acredita que o AST impactará financeiramente a sua família e a comunidade de entorno da Base Espacial, que isso acontecerá porque haverá geração de emprego, mesmo não sabendo como esta melhoria irá se desenhar nas comunidades.

Em linhas gerais, a população aprova o AST com os Estados Unidos, acredita que o acordo ajudará a cidade de Alcântara e impactará financeiramente a sua família e a comunidade de entorno da Base Espacial.

4. O AST e Alcântara: uma análise documental das Políticas Públicas previstas e perspectivas de participação comunitária

O Maranhão é o Estado mais pobre do Brasil. Segundo dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, divulgados em novembro de 2019, 16,9% (dezesseis vírgula nove por cento) da população maranhense estava em situação de extrema pobreza em 2016, o que correspondia a 1,1milhão de pessoas. Este número cresceu para 19,9% (dezenove vírgula nove por cento), ou seja, 1,3 milhão de pessoas, em 2018. Um acréscimo de 223 mil pessoas neste estado de pobreza. A renda domiciliar *per capita* caiu nesse mesmo período, de R$ 615,00, em 2017 para R$ 605,00, em 2018. Os dados demonstram a dificuldade que o Estado enfrenta e o quanto carece de uma política pública de desenvolvimento local.

Nesse contexto, Alcântara ocupa a 195ª posição entre 217 municípios maranhenses, no que diz respeito à renda *per capita* com apenas R$ 5.387,80, em 2018. Em 2017, apenas 8,4% (oito vírgula quatro por cento) das pessoas estavam ocupadas com média mensal de 3,3 salários mínimos. Entretanto, 56.4% (cinquenta seis vírgula quatro por cento) da população viviam em domicílios, com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, ou seja, mais da metade da população nessa linha (IBGE, 2020).

Em novembro de 2019, o Congresso Nacional aprovou o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) assinado com os Estados Unidos (EUA). Segundo o ministro do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, em participação em uma reunião na Câmara de deputados em abril de 2019 que é

> através desse acordo com os Estados Unidos ocorre a viabilidade econômica do Centro de Lançamento de Alcântara pois 80% dos foguetes e satélites criados no mundo usam algum componente americano. Queremos tornar esse centro em um centro comercial (PONTES, 2019)

A operação comercial necessária e viabilizada pelo AST com os Estados Unidos consiste em captar empresas de vários países que têm lançadores para realizarem lançamentos de seus foguetes a partir de Alcântara. Com um portfólio de foguetes lançadores e as características técnicas necessárias como: o tipo do satélite a ser lançado, sua massa, sua órbita, em termos de inclinação e de altitude, estabelece-se o custo do lançamento. Segundo o ministro do MCTIC, Marcos Pontes, em abril de 2019, “esse valor vai ser distribuído para pagar o lançador, parte para o programa espacial e outra parte para o desenvolvimento da

região". Captar os países e empresas parceiras significa aperfeiçoar as instalações dos locais de lançamento.

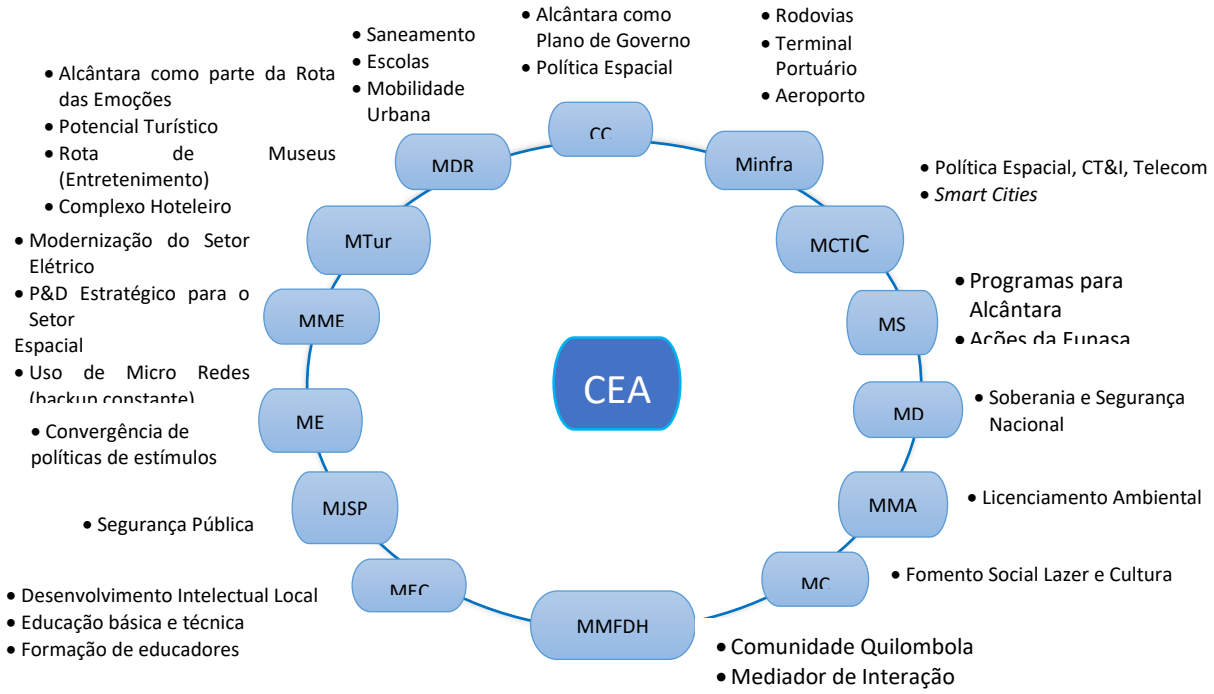
Após a assinatura e a aprovação do AST com os Estados Unidos o tema do desenvolvimento socioeconômico da região passou a ser tratado como preponderante para que a comercialização do Centro Espacial de Alcântara se reverta em benefícios concretos para a população de entorno.

A geração de empregos, por meio do turismo e ampliação da atividade comercial poderá contribuir para um investimento na educação pela necessidade de atender a Base Espacial que mudará seu paradigma para um centro comercial, e a região necessitará de investimentos assim como ocorreu em Kourou, na Guiana Francesa. Para que essa mudança de paradigma ocorra deve ser estabelecida uma nova modelagem do negócio.

O Centro Espacial de Alcântara ficou muitos anos sem operação, o que acarretou sérios problemas. Dada a complexidade no que diz respeito aos modelos de negócio voltados para o setor espacial, entende-se ser importante uma análise fidedigna dos documentos oficiais para que se possa avaliar as perspectivas de desenvolvimento para a região. Os relatórios de gestão da Agência Espacial Brasileira (AEB) de 2019 e 2020 e o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara PDI-CEA foram os principais.

Nos relatórios de gestão da AEB , verificou-se que a política pública na área espacial envolve um rol de ações que vão desde o desenvolvimento, a construção e a operação de foguetes e veículos lançadores, a atividades de normatização e certificação de sistemas espaciais, propriedade intelectual e de desenvolvimento de capital humano associado, entendidos como essenciais para a sustentabilidade de um programa espacial nacional completo e autônomo. Essas diretrizes são descritas no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), referente ao período 2012-2021. Outro fator relevante é a atuação do Comitê para o Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), que, em 2019, criou grupos técnicos para redigir a nova Lei Geral de Atividades Espaciais e a de planejamento das ações para consolidação do Centro Espacial de Alcântara (CEA). Os resultados desses grupos nortearão as futuras ações no âmbito do Programa Espacial Brasileiro, as preparações da infraestrutura de Alcântara- MA, permitindo lançamentos privados a partir do centro, num esforço efetivo de alinhamento do Brasil com o mercado mundial.

Ao longo de 2019, houve um trabalho intenso de articulação da AEB com diversos órgãos da Administração Pública Federal (direta e indireta), com vistas a identificar oportunidades de parcerias e de colaborações em benefício do Centro Espacial de Alcântara. Em janeiro de 2020, começou a construção da institucionalidade com a Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara – CDI-CEA. A comissão é composta por dezenove órgãos da administração federal e tem caráter temporário e consultivo.



A figura 1 demonstra as atribuições de cada órgão no plano de desenvolvimento do centro espacial de Alcântara

Após a formação da comissão, a Agência Espacial Brasileira começou a planejar as ações para o CEA, que será a base para os planos de negócios. Relembrando que o planejamento está sendo dividido em três fases: aprovação AST, planos locais e operações, e os planos de negócios fazem parte da segunda fase.

Além da CDI, o arranjo institucional contempla outros "stakeholders" fundamentais para a operação do centro espacial, entre eles: Governo do Estado do Maranhão, Prefeitura Municipal de Alcântara, usuários, comunidades locais, associações de classe, relações federativas, relações com o legislativo federal e com a Frente Parlamentar Mista para o Programa Espacial Brasileiro, entre outros.

Em agosto de 2020, a AEB iniciou a construção do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA). O ponto de partida foi estabelecer a visão de futuro para o CEA; desse modo, após várias reuniões, foi definido que o Centro Espacial de Alcântara deve agir como um vetor de desenvolvimento regional (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2020). Tendo isto definido, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Agência Espacial Brasileira, iniciou a elaboração dos planos diretor de infraestrutura, sócio econômico e de implementação do PDI-CEA.

Segundo o Diretor de Governança do Setor Espacial da AEB, Engenheiro Cristiano Trein, o plano diretor de infraestrutura deve conter quatro divisões: **Infraestrutura de Apoio às Atividades Espaciais**: Zona de apoio às atividades espaciais; arranjos legais e de incentivo; localização; distrito Industrial; hotel, restaurante, zona residencial; ensino, universidades; **Infraestrutura Logística:** portuária, aeroportuária, rodoviária, ferroviária; **Infraestrutura Urbana**: saneamento, saúde, educação, turismo e cultura; moradia, segurança pública; acesso digital, telecomunicações; "smart cities", tecnologias espaciais e Inteligência artificial aplicada ao contexto urbano, geração distribuída, energias renováveis, eficiência energética e **Infraestrutura Socioambiental**: Valorização histórica, patrimonial e ambiental; desenvolvimento sustentável, Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); segurança e diversidade alimentar.

O plano socioeconômico atenderá, conforme resultados apresentados da pesquisa realizada, as necessidades e expectativas das comunidades de entorno com o AST assinado e aprovado, pois trata-se do plano de Inclusão da comunidade local na cadeia de valores do CEA, incentivos ao empreendedorismo, capacitação técnica e qualificação profissional e estratégias de desenvolvimento da cadeia de serviços locais (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, 2020).

Já o plano de implementação do PDI é a transição entre a fase dois, fase de elaboração de planos locais e a fase três, ou seja, a fase de operações do Centro Espacial de Alcântara.

A análise documental de relatórios de gestão da Agência Espacial Brasileira (AEB) e normativas oficiais identificaram as principais iniciativas previstas para a região. Os principais planos e programas demonstram a preocupação dos órgãos competentes em garantir o desenvolvimento econômico e social do município de Alcântara com políticas públicas que envolvam as comunidades nesse processo.

A análise realizada nesta pesquisa parece ratificar a afirmação da hipótese, pois, no cruzamento entre os resultados da pesquisa de campo realizada e a análise documental dos planos, observa-se uma convergência entre os anseios da população entrevistada com as estratégias previstas pelo governo federal, por meio da AEB.

5. Conclusões

Em virtude de sua localização privilegiada, o município de Alcântara teve a implantação da Base Espacial e despertou durante seu processo histórico conflitos territoriais e sociais vivenciados por comunidades rurais do Maranhão em função do deslocamento involuntário de seu território.

A coleta de dados junto às comunidades quilombolas e à população do município utilizou questionários para unificar as informações coletadas e foi focada na obtenção de aspectos subjetivos sob a percepção dos entrevistados, em que se buscou descrição de suas ideias, reflexões e indagações com a intenção de identificar o quadro atual da sua realidade social.

É importante ressaltar algumas limitações da pesquisa, como as relacionadas à definição da metodologia da pesquisa de campo em função da dispersão territorial dos entrevistados e o momento difícil de acesso por conta da pandemia da Covid-19.

De forma relevante, a compreensão de que o AST poderá gerar riqueza direta e indireta para o município não é mais algo restrito a poucos membros da comunidade. Neste sentido, entende- se que somente a partir de um plano de ação que considere todos esses fatores a continuidade e o crescimento da inserção do Brasil no mercado mundial de lançamento de satélites serão possíveis, contribuindo para o fortalecimento da economia nacional e, sobretudo, para o desenvolvimento do centro espacial de Alcântara e de todo o seu entorno. Vale frisar que, em fevereiro de 2021, o governo federal deu um importante passo para a solução de um dos principais problemas identificados, que são as questões fundiárias na região, quando distribuiu os títulos de propriedade de terras aos quilombolas removidos na construção do Centro de Lançamentos a décadas atrás. Este ato representa um relevante investimento para a participação popular sem restrições neste novo momento comercial que o centro espacial viverá após o AST.

A Base Espacial de Alcântara é um desses espaços diferenciados com suas particularidades internas, mas que precisa visualizar e entender melhor o seu entorno para que possíveis intervenções políticas de desenvolvimento nesses territórios possam estar de acordo com as suas necessidades.

Com os planos da AEB, criando uma reconfiguração territorial regional ampliada que deve atender as necessidades das comunidades de entorno através do desenvolvimento local e promovendo uma maior dinâmica socioeconômica entre as comunidades do município

de Alcântara, dentro de alguns anos pode vir a se tornar, um importante Centro Espacial do Mundo. Diante de uma nova concepção de desenvolvimento, a participação da comunidade com o sentimento de pertencimento passou ser ponto de pauta imprescindíveis nas agendas políticas após o AST. Se em outro contexto histórico, as comunidades representavam obstáculos ao desenvolvimento, atualmente são vistas como parte do processo de desenvolvimento.

Diante deste cenário, pesquisas neste sentido podem ser enriquecedoras na construção de um modelo de desenvolvimento local sustentado, e os resultados dessas ações podem ser objeto de pesquisas futuras, visto que têm o potencial de proporcionar efeitos diretos, indiretos e induzidos na economia da região.

Espera-se que este trabalho contribua para esclarecer algumas particularidades regionais e para oportunizar o protagonismo da comunidade local e, que os dados possam servir às ações do poder público junto ao seu planejamento do desenvolvimento local, sendo útil à sociedade, em particular da Base Espacial de Alcântara e seu entorno na implementação de políticas públicas que faça o aproveitamento dos efeitos que o AST possa proporcionar.

6. Referências

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Centro espacial de Kourou serve de inspiração para Alcântara.** Brasília: MCTIC, 2019 [Postado em 18 de jun.]. Disponível em: http://aeb.gov.br/centro-espacial-de-kourou-serve-de-inspiracao-para-alcantara. Acesso em: 30 abr., 2020.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Deputados lançam frente parlamentar para modernização da base de Alcântara**. Brasília: MCTIC, 28 abr. 2017c. Disponível em: http://portal-antigo.aeb.gov.br/camara-lanca-frente-parlamentar-para-modernizacao-da-base-de-alcantara. Acesso em: 21 mai. 2020.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **O Acordo de Salvaguardas de Alcântara.** Brasília: MCTIC, 2017b. Disponível em: http://portal-antigo.aeb.gov.br/o-acordo-de-salvaguardas-de-alcantara/. Acesso em: 21 mai. 2020.

ANDRADE, Israel de Oliveira; CRUZ, Luís Rogério Veríssimo; HILLEBRAND, Giovanni Roriz Lyra; SOARES, Matheus Augusto. O Centro de Lançamento de Alcântara: abertura para o mercado internacional de satélites e salvaguardas para a soberania nacional. **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília; Rio de Janeiro, out. 2018. 50p.

AROUCK, Ronaldo. **Brasileiros na Guiana francesa Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na Amazônia?** Lusotopie. Maio de 2000. 78p.

ARRAIS, Tadeu A. Planejamento e Desenvolvimento Regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 06, n. 12, 2007.

AVRITZER, Leonardo. Instituições Participativas e Desenho Institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, jun. 2008, p. 43-64.

BRAGA, Yara Maria R. de Oliveira. **Território Étnico Conflitos Territoriais em Alcântara, Maranhão.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Atividade Legislativa**: Comissões. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cctci/documentos/notas-taquigraficas/2019/nt-2019-04-10-apc-mctic-min-marcos-pontes-alcantara. Acesso em: 22 mai. 2020.

CAPELLA, Cláudia Niedhardt. **Formação da Agenda Governamental:** Perspectivas Teóricas. Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 25-29 de outubro, Caxambu: MG. 2005

DE OLIVEIRA, Rita de Cássia M. (Entre)Linhas De Uma Pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 2, n. 4, Salvador, Bahia, 2014.

DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez Editora, 1988.

DUARTE, Geraldine R. Guiana Francesa: uma análise geohistórica. ***Confins*** - Revista Franco-Brasileira de Geografia, n. 28, 2016. Disponível em: http://journals.openedition.org/confins/11072. Acesso em: 16 mar. 2020.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Centro de Lançamento de Alcântara. História do CLA**. [S.l.]: FAB, 2017a. Disponível em: ttp://www2.fab.mil.br/cla/index.php/historias. Acesso em: Acesso em: 21 mai. 2020.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Centro de Lançamento de Alcântara. Vantagens.** [S.l.]: FAB, 2017c. Disponível em: http://www2.fab.mil.br/cla/index.php/vantagens2. Acesso em: 21 mai. 2020.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G.; SEIBEL, Erni José. P. Formulação de Políticas Públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, v. 42, n. I e 2, p. 227-240, abr. e out. 2008.

GIACOTTINO, J.-C. **Les Guyanes**. Paris, Presses universitaires de France. 1984,128p.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e Participação da Comunidade em Políticas Sociais. **Rev. Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai. / ago. 2004.

GOMES, ISABELA M. Como elaborar uma pesquisa de mercado. **Revista Administração Mercadológica**. 2013. 12p.

IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br. Acesso em: 16 mar. 2020.

IBGE. **Censo**: sinopse – Alcântara (MA) [Tabela], 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/pesquisa/23/25207. Acesso em 25 abr. 2020.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: Instituto, 1959. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo. Acesso em: 16 mar. 2020.

IBGE. **Panorama**: Alcântara (MA). 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama. Acesso em: 16 mar. 2020.

IBGE. **Panorama**: Brasília, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/saojosedoriopreto/panorama. Acesso em: 23 mar. 2020.

INSEE- Institut National de la Statistique et des Études Économiques. 2011. Disponível em: https://insee.fr/fr/statistiques. Acesso em: 30 abr. 2020.

JOLIVET, Marie-José. **La question créole. Essai de sociologie sur la Guyane Française.** Paris: Centre ORSTOM, 1990. 495p.

LÉZY, Emanuel. **Guyane, Guyanes**: une géographie «sauvage» de l'Orénoque à l'Amazone. Paris: Belin, 1989. 347p.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecilia Puntel de; LIMA, Cristiane Cauduro. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de

enfermagem. In: **Revista gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, v. 20, n. especial, p. 130-142, 1999. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/23461. Acesso em: 20 set. 2020.

LOPES, Danilo S. Alcântara, a Aritmética do Racismo Institucional: breves considerações acerca do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas e suas implicações às comunidades quilombolas. [*S.l.*], 26 abr. 2020. **Combate Racismo Ambiental.** Disponível em: http://racismoambiental.net.br/category/racismo-ambiental/. Acesso em: 30 abr. 2020.

MARTÍN, José Carpio. **Desarrollo local en los espacios rurales.** Polis – Revista Latinoamericana, Santiago, Chile: Universidade de Los Lagos, n. 2, 23 nov. 2002. Disponível em: http://polis.ulagos.cl/index.php/polis/article/view/145. Acesso em: 18 mar. 2020.

MARTINS, R.D.; CALDAS, E.de L. **Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras.** Rev. Interações, Campo Grande, v. 10, n. 2, p. 207-218, jul./dez. 2009.

MARTINS, Sérgio Ricardo O. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. Interações**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local, v. 3, n. 5, set. 2002. Disponível em: https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/570. Acesso em: 26 mar. 2020.

MCTIC – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES; MINISTÉRIO DA DEFESA; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Conhecendo o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas**: Brasil e Estados Unidos. Brasília, 2019.

NOBILE, Rodrigo. Kourou, Base Espacial de. **Enciclopédia Latino Americana**. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/k/kourou-base-espacial-de [Postado em 2015]. Acesso em: 30 abr. 2020.

OBSERVATOIRE DU TOURISME DE LA GUYANE. **Les touristes récepteurs**. Disponível em: https://www.guyane-amazonie.fr/sites/ctguyane/files/brochure_tourismeguyane_a5_n2.pdf, 2018. Acesso em 30 abr. 2020.

PONTES, Marcos. [Pronunciamento proferido na 5ª Reunião Ordinária de Audiência Pública Conjunta da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, da Comissão de

Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas – AST entre o Brasil e os Estados Unidos, relativo ao uso comercial do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão.]. Brasília, Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: https://escriba.camara.leg.br/escriba-servicosweb/html/54965. Acesso em: 26 jul. 2010.

ROZAS, G. Pobreza y desarrollo local. In: **Excerpta**, Universidade do Chile, n. 7, 1998. Disponível em: http// rehue.csociales.uchile.cl. Acesso: em 26 mar. 2020.

SANTOS, R.S.; RIBEIRO, E.M. & GOMES, EG. Compreendendo a Natureza das Políticas do Estado Capitalista. **Revista de Administração Pública**, 41(5): 819-34, 2007.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. **Desafios e Oportunidades para uma Indústria Espacial Emergente:** o caso do Brasil. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, set. 2011. 75p.

SEVÁ FILHO, Arsênio O.; NÓBREGA, Renata da S.; GARZON, Luís Fernando N. Rios de Rondônia: jazidas de megawatts e expropriação social e ambiental. *In*: Encontro nacional da ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.

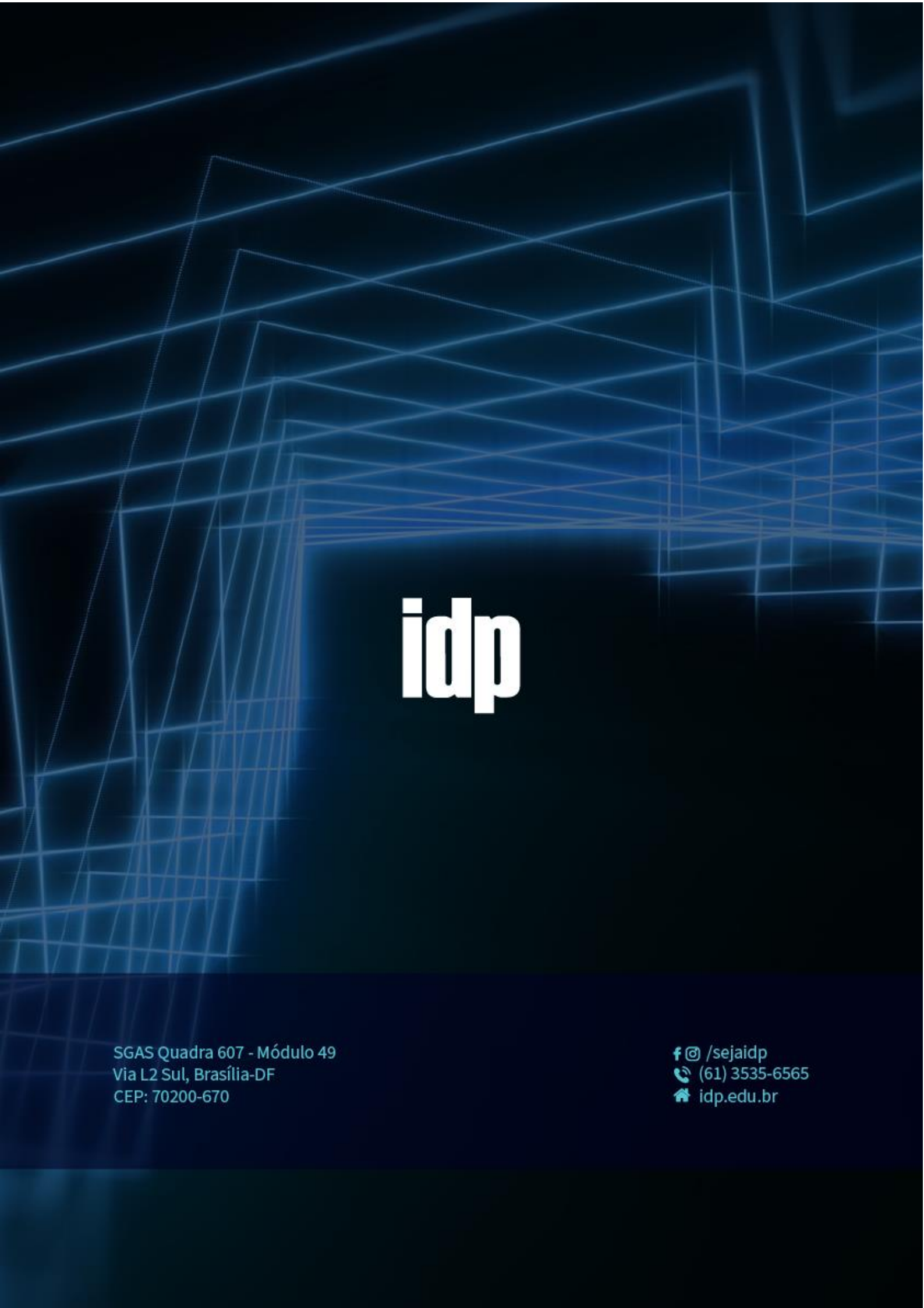
SILVA, G.V. **A Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França: Ensaios e Expectativas neste século XXI.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2013. 261p.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M. &MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FOCRUZ, 2007.

SOUZA, Charles B. G. **Conflitos e Territorialidades Étnicas no Espaço Urbano de Kourou-Guiana Francesa.** ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 4, n. 8, jul./dez. de 2010. p.125-142.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspublicas.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

VINUTO, Juliana. **A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: um debate em aberto.** Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977. Acesso em: 20 set. 2020.



SGAS Quadra 607 - Módulo 49
Via L2 Sul, Brasília-DF
CEP: 70200-670

/sejaidp
(61) 3535-6565
idp.edu.br